

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 59.796 - SP (2019/0004137-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MARCIA MOHERDAVI SALOMAO**
RECORRENTE : **ORLANDO AUGUSTO PINTO**
RECORRENTE : **LEONARDO BARBAGALLO**
RECORRENTE : **KAREN LIMA VIEIRA**
ADVOGADO : **LEONARDO MARIANO BRAZ - SP247464**
RECORRIDO : **SAO PAULO CAMARA MUNICIPAL**
ADVOGADOS : **MARIA NAZARE LINS BARBOSA - SP106017**
: **FERNANDA DE PIERI MIELLI FRANCO LIMA - SP287482**
RECORRIDO : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**
PROCURADOR : **VIVIANE TERESA HAFFNER GASPAR ANTONIO E**
: **OUTRO(S) - SP137657**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. VPNI. PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA ADEQUAÇÃO AO TETO REMUNERATÓRIO. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por Márcia Moherdavi Salomão e outros em face de acórdão proferido pelo Estado de São Paulo nestes termos sintetizado (fl. 1.427):

- I. MANDADO DE SEGURANÇA. INSURGÊNCIA CONTRA ATOS DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO QUE DETERMINARAM A APLICAÇÃO DO ABATE REMUNERATÓRIO PARA ADEQUAÇÃO DOS VENCIMENTOS DOS IMPETRANTES AO TETO CONSTITUCIONAL.
- II. PRELIMINARES REJEITADAS. INOCORRÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA OU COISA JULGADA. AUSÊNCIA DE INTEGRAL IDENTIDADE DOS ELEMENTOS DA AÇÃO.
- III. AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL NÃO CARACTERIZADA.
- IV. ATOS IMPUGNADOS EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO SEDIMENTADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL, NO QUE TANGE À OBSERVÂNCIA DO TETO REMUNERATÓRIO PREVISTO NO TEXTO CONSTITUCIONAL (TEMA 257).
- V. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO. SEGURANÇA DENEGADA.

Nas razões do ordinário, o recorrente sustenta nulidade do processo administrativo, que resultou na diminuição de sua remuneração para fins de adequação ao teto remuneratório, por não submissão ao princípio do contraditório. Assevera, para tanto, que houve um exíguo prazo de cinco dias para apresentação de alegações finais.

Contrarrazões às fls. 1.466/1.484.

Em parecer, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso ordinário.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

A irresignação dos recorrentes é voltada ao processo administrativo. Segundo consta no ordinário, houve nulidade quando o prazo de cinco dias para alegações finais foi determinado porque esse não seria o suficiente para garantir contraditório.

Quanto à violação do contraditório, tem-se que o princípio contido no art. 5º, LV, da CF/1988, não só incidente nos processos judiciais, mas também nos processos administrativos, determina que ambas as partes tenham oportunidades para influenciar no desenvolvimento e julgamento do processo. Nesse sentido, confira-se:

Válido para os processos judiciais e administrativos, o princípio visa a assegurar não só a bilateralidade da audiência entre as partes, [...], mas também a efetiva participação de ambas as partes no desenvolvimento do processo, em condições que lhes dêem possibilidade de influir no julgamento, na medida em que as teses que defendem sejam examinadas.

(MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Teoria Geral do Processo*. 4ª Ed. Salvador: JusPODIVM, 2018. p. 84).

No caso, o Tribunal de origem elencou as oportunidades em que os recorrentes não só apresentaram, mas ainda justificaram com documentos, a possibilidade das vantagens pessoais incorporadas não se submeterem ao teto constitucional. A propósito, confira-se o acórdão *a quo* (fl. 1.432/1.437):

Às fls. 45/112 está reproduzido o procedimento administrativo referente à remuneração da impetrante Márcia. Colhe-se dele que em julho de 2016, a requerente apresentou defesa administrativa sustentando afronta ao direito adquirido, por possuir vantagens pessoais incorporadas antes da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 (fls. 46/50). Por determinação do Secretário Geral Administrativo (fls. 58), foi elaborada tabela discriminando as vantagens pessoais percebidas pela servidora (fls. 59) e a composição de seus vencimentos foi descrita às fls. 61. Em 31 de janeiro de 2017, determinou-se a abertura de prazo de cinco dias à servidora para ciência e apresentação de alegações finais (fls. 62). Às fls. 63/64 encontra-se juntada a notificação remetida à ora impetrante. Alegações finais foram ofertadas em 17 de fevereiro de 2017 (fls. 65/68), com teor similar ao da defesa apresentada em julho de 2016. Parecer da Chefia da Procuradoria Legislativa às fls. 98/105. Decisão de Mesa às fls. 108. Às fls. 110 consta informação de que a partir da folha de pagamento de setembro de 2017 foi aplicado o teto remuneratório aos vencimentos da servidora.

O procedimento administrativo referente aos vencimentos do impetrante Orlando está copiado às fls. 113/163. Dele se extrai que em julho de 2016,

ele apresentou defesa administrativa sustentando afronta ao direito adquirido, por possuir vantagens pessoais incorporadas antes da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 (fls. 114/118). Às fls. 126/127 está reproduzida tabela discriminando as vantagens pessoais percebidas pelo servidor e às fls. 128, a composição de seus vencimentos. Às fls. 130/131 encontra-se juntada a notificação remetida ao impetrante. Consoante informação de fls. 132, apesar de notificado em 13 de março de 2017, Orlando não apresentou manifestação até 11 de abril de 2017. Parecer da Chefia da Procuradoria Legislativa às fls. 148/155. Decisão de Mesa às fls. 158. E, de acordo com fls. 161, não houve alteração salarial do impetrante em razão da Decisão de Mesa 3.428/2017, pois não havia liminar concedida em favor dele.

O procedimento administrativo pertinente à remuneração do impetrante Leonardo encontra-se reproduzido às fls. 164/252. Colhe-se dele que em julho de 2016, Leonardo apresentou defesa administrativa sustentando afronta ao direito adquirido, por possuir vantagens pessoais incorporadas antes da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 (fls. 165/169). Às fls. 177/178 está reproduzida tabela discriminando as vantagens pessoais percebidas pelo servidor e às fls. 179, a composição de seus vencimentos. Às fls. 181/182 encontra-se juntada a notificação remetida ao impetrante. Consoante informação de fls. 183, apesar de notificado em 13 de fevereiro de 2017, Leonardo não apresentou manifestação até 10 de abril de 2017. Parecer da Chefia da Procuradoria Legislativa às fls. 224/231. Decisão de Mesa às fls. 234. Às fls. 236 consta informação de que a partir da folha de pagamento de setembro de 2017 foi aplicado o teto remuneratório aos vencimentos do servidor.

O procedimento administrativo referente aos vencimentos da impetrante Karen está copiado às fls. 253/344. Extrai-se dele que em julho de 2016, a impetrante apresentou defesa administrativa sustentando afronta ao direito adquirido, por possuir vantagens pessoais incorporadas antes da vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 (fls. 254/269). Às fls. 277/278 encontra-se tabela discriminando as vantagens pessoais percebidas pela servidora e às fls. 279, a composição de seus vencimentos. Em 02 de fevereiro de 2017, determinou-se a abertura de prazo de cinco dias à servidora para ciência e apresentação de alegações finais (fls. 280). Às fls. 281/282 encontra-se juntada a notificação remetida ao impetrante. Parecer da Chefia da Procuradoria Legislativa às fls. 320/337. Decisão da Mesa às fls. 340. Às fls. 342 consta informação de que a partir da folha de pagamento de setembro de 2017 foi aplicado o teto remuneratório aos vencimentos do servidor.

Portanto, ao contrário do que foi defendido pelos recorrentes, eles tiveram oportunidade de expor e defender suas alegações durante o processo administrativo, cuja finalidade foi adequar a remuneração dos servidores ao teto constitucional.

Não foi a inexistência ou a minguagem de oportunidade de defesa que influenciou o processo administrativo. Afinal, como já bem asseverado pelo Ministério Público Federal, o STF já declarou que as VPNI, mesmo quando decorrentes de período anterior a EC n. 41/2003, se submetem ao cálculo do teto remuneratório. A propósito (fl. 1.540):

Outrossim, como dito no início, o corte remuneratório decorre de determinação contida na decisão do Supremo Tribunal Federal que de antemão julgou que computam-se, para efeitos de observância ao teto remuneratório do art. 37, XI, da CF, os valores percebidos, mesmo antes da vigência da Emenda Constitucional n. 41/2003, a título de vantagem pessoal

pelo servidor público.

Nesse sentido, confira-se a ementa do RE n. 606.358:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDORES PÚBLICOS. REMUNERAÇÃO. INCIDÊNCIA DO TETO DE RETRIBUIÇÃO. VANTAGENS PESSOAIS. VALORES PERCEBIDOS ANTES DO ADVENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. INCLUSÃO. ART. 37, XI e XV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.

1. Computam-se para efeito de observância do teto remuneratório do art. 37, XI, da Constituição da República também os valores percebidos anteriormente à vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, dispensada a restituição dos valores recebidos em excesso de boa-fé até o dia 18 de novembro de 2015.

2. O âmbito de incidência da garantia de irredutibilidade de vencimentos (art. 37, XV, da Lei Maior) não alcança valores excedentes do limite definido no art. 37, XI, da Constituição da República.

3. Traduz afronta direta ao art. 37, XI e XV, da Constituição da República a exclusão, da base de incidência do teto remuneratório, de valores percebidos, ainda que antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, a título de vantagens pessoais.

4. Recurso extraordinário conhecido e provido.

(RE 606358, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 18/11/2015, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-063 DIVULG 06-04-2016 PUBLIC 07-04-2016)

Confira-se, também, o seguinte precedente do STJ quanto à inclusão da VPNI aos cálculos do teto remuneratório:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCURADORES ESTADUAIS APOSENTADOS. TETO REMUNERATÓRIO. INCLUSÃO DE VANTAGENS PESSOAIS. EC N. 41/2003. DIREITO ADQUIRIDO E IRREDUTIBILIDADE DE REMUNERAÇÃO. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA JULGADA EM REPERCUSSÃO GERAL.

1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 606.358/SP, submetido à sistemática da repercussão geral, firmou a seguinte tese: "Computam-se para efeito de observância do teto remuneratório do art. 37, XI, da Constituição da República, também os valores percebidos anteriormente à vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, dispensada a restituição dos valores recebidos em excesso e de boa-fé até o dia 18 de novembro de 2015 (data do julgamento)" (Tema n. 257).

2. No presente caso, o acórdão recorrido amolda-se ao referido entendimento, porquanto consignou que não há direito adquirido ao recebimento de remuneração, proventos ou pensão acima do teto remuneratório estabelecido pela Emenda Constitucional n. 41/2003, nem ato jurídico perfeito que se sobreponha ao referido teto, não preponderando a garantia da irredutibilidade de vencimentos em face da nova Ordem Constitucional. Assentou, ademais, que as vantagens pessoais devem ser incluídas no cálculo do teto remuneratório, nos termos do art. 37, inciso XI,

da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 41/2003, a qual é de eficácia plena, auto-aplicável e de incidência imediata e geral.

Agravo interno improvido.

(AgInt no RE nos EDcl no AgRg no RMS 27.088/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/11/2016, DJe 24/11/2016)

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso ordinário.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator

